

MINUTA DE CONTRATO Nº/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE VILHENA-RO, E A EMPRESA
..... (PROCESSO
ADMINISTRATIVO N.º 2725/2026).

Aos (....) dias do mês de do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICÍPIO DE VILHENA**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 04.092.706/0001-81, com sede no Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilella, s/n.º, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Flori Cordeiro de Miranda Junior**, brasileiro, solteiro, agente político, portador da Cédula de Identidade RG sob n.º 304253790 SSP/SP e CPF sob n.º 309.160.068-83, residente e domiciliado na cidade de Vilhena/RO, e, de outro lado,, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ n.º, com sede a, nesta cidade de, daqui a diante simplesmente designada **CONTRATADA**, tendo como representante o Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º e CPF sob n.º, residente na cidade de, e acordam na realização do presente Contrato, cuja celebração foi autorizada na Solicitação de Despesa nº, do Processo Administrativo n.º/2026 e licitado através do Edital de Pregão Eletrônico n.º 019/2026/PMV/SRP – do tipo menor preço total do item – Ampla Participação nos termos da Lei nº 14.133/2021, dos Decretos Municipais nºs. 59.674/2023, 59.677/2023 e 59.678/2023 e demais legislações aplicáveis, que regem também a forma prevista deste Contrato, nos termos da proposta vencedora, submetendo-se os contratantes, às seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea a; Art. 18 Inciso II; Art. 40 §1º Inciso I da Lei nº. 14.133/2021)

1.1 O presente Contrato tem por objeto a aquisição de leite pasteurizado tipo C, destinado ao atendimento das demandas das unidades administrativas do Município de Vilhena/RO, conforme Justificativas, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Cotações, Pedidos de Compra, Mapa de Risco, proposta vencedora da Licitação da modalidade Pregão Eletrônico nº 019/2026/PMV/SRP a qual deu origem aos preços registrados na Ata de Registro de Preços nº/2026, constantes no Processo Administrativo n.º 2725/2026, que, com seus anexos, ficam fazendo parte deste termo, independentemente de transcrição para todos os fins e efeitos legais.

1.2 A descrição pormenorizada do objeto do presente termo constam especificados no item 3.5 do Termo de Referência.

2. DO AMPARO LEGAL

2.1 O respaldo jurídico do presente Contrato encontra-se consubstanciado no Processo Administrativo nº 2725/2026, que originou o Edital de Pregão Eletrônico nº 019/2026/PMV/SRP, bem como a Lei nº 14.133/2021, a qual institui normas para licitações e contratos administrativos e Decretos Municipais nºs. 59.674/2023, 59.677/2023 e 59.678/2023.

2.2 Todo e qualquer vínculo advindo do “Termo de Referência” constante nos autos administrativo nº 2725/2026, será regrado pela legislação pertinente, aprovadas antes e durante a vigência contratual.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

3.1 O produto objeto da presente contratação deverá atender às especificações técnicas descritas no Termo de Referência, bem como observar as normas sanitárias e de qualidade aplicáveis à produção, processamento, armazenamento, transporte e comercialização de alimentos.

3.2 O leite fornecido deverá ser leite pasteurizado tipo C, de origem bovina, integral, próprio para consumo humano, devendo atender às exigências estabelecidas pelos órgãos de inspeção sanitária competentes.

3.3 O produto deverá possuir registro em serviço oficial de inspeção sanitária, podendo ser:

3.3.1 Serviço de Inspeção Federal – SIF;

3.3.2 Serviço de Inspeção Estadual – SIE; ou

3.3.3 Serviço de Inspeção Municipal – SIM.

3.4 O produto deverá ser entregue em embalagem adequada, íntegra e lacrada, contendo identificação clara do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote de produção.

3.5 No ato da entrega, o produto deverá apresentar prazo de validade compatível com o consumo, não podendo estar próximo ao vencimento.

3.6 O transporte do produto deverá ocorrer em condições adequadas de higiene e conservação, observando-se as exigências sanitárias aplicáveis ao transporte de alimento.

3.7 A contratada deverá substituir, no prazo estabelecido pela Administração, qualquer produto que venha a ser recusado em razão de:

3.7.1 desconformidade com as especificações técnicas;

3.7.2 embalagem danificada ou violada;

3.7.3 indícios de deterioração ou comprometimento da qualidade;

3.7.4 prazo de validade incompatível com o consumo.

3.8 Não serão aceitos produtos que apresentem sinais de alteração, contaminação ou qualquer condição que comprometa sua qualidade e segurança para consumo.

4. CONDIÇÕES, PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA

4.1 O fornecimento do objeto deverá ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade das unidades administrativas participantes, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.2 As solicitações de fornecimento serão realizadas mediante requisição formal emitida pela unidade administrativa requisitante, contendo a quantidade solicitada e demais informações necessárias para a adequada execução do fornecimento.

4.3 Considerando a natureza perecível do produto, o fornecimento poderá ocorrer com diferentes frequências de entrega, conforme a necessidade de cada unidade administrativa, podendo ser:

I – entregas periódicas programadas;

II – entregas semanais ou diárias, quando vinculadas a programas sociais ou atividades contínuas;

III – entregas eventuais para atendimento de atividades institucionais ou eventos promovidos pela Administração.

4.4 O prazo para entrega dos produtos será de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da requisição pela contratada, quando não houver cronograma específico previamente estabelecido pela Administração.

4.4.1 Nos casos em que a Administração estabelecer cronograma periódico de fornecimento, especialmente para atendimento de programas sociais ou unidades com consumo contínuo, as entregas deverão ocorrer nas datas e frequências previamente definidas, prevalecendo tais condições sobre o prazo previsto no item anterior.

4.5 O transporte do produto deverá ocorrer em condições adequadas de higiene, conservação e segurança alimentar, observando-se as normas sanitárias vigentes aplicáveis ao transporte de alimentos perecíveis.

4.5.1 O leite pasteurizado deverá ser transportado em veículo refrigerado ou por outro meio que assegure a manutenção da cadeia de frio do produto até o momento da entrega.

4.6 O transporte, carga, descarga e demais custos logísticos necessários à entrega do objeto serão de inteira responsabilidade da contratada, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração.

4.7 O recebimento do produto será realizado por servidor designado pela unidade requisitante, mediante conferência da quantidade entregue, integridade das embalagens, condições de conservação e conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

4.8 Constatadas irregularidades no produto entregue, tais como embalagem danificada, alteração de qualidade, desconformidade com as especificações ou prazo de validade incompatível com o consumo, a Administração poderá recusar o recebimento, devendo a contratada providenciar a substituição do produto no prazo estabelecido pela fiscalização.

4.9 DOS LOCAIS DE ENTREGA

4.9.1 As entregas deverão ocorrer em endereços situados na área urbana do Município de Vilhena/RO, indicados pela Administração.

4.9.2 Nos casos em que o consumo se destinar a unidades localizadas na área rural, a entrega deverá ser realizada na sede da Secretaria Municipal de Educação – SEMED ou em outro ponto de recebimento indicado pela Administração, ficando a distribuição interna sob responsabilidade do órgão requisitante.

4.9.3 Os locais de entrega encontram-se relacionados no Termo de Referência, podendo a Administração indicar outros locais de entrega vinculados às unidades administrativas participantes, desde que situados no âmbito do Município de Vilhena/RO, mediante comunicação prévia à contratada, sem que tal fato configure alteração do objeto contratual.

4.9.4 As entregas para as Escolas da área urbana vinculadas a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, da Secretaria Municipal de Assistência Social, e das Unidades Vinculadas aos Programas Socioassistenciais deverão ser nos endereços constantes no quadro do Item 8.9.3 do Termo de Referência.

4.9.5 As entregas destinadas às demais Secretarias Municipais participantes deverão ser realizadas nas respectivas sedes administrativas, conforme a necessidade da unidade requisitante e mediante emissão de requisição de fornecimento com devido endereço.

5. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO

5.1 O recebimento do objeto será realizado pela unidade administrativa requisitante, por servidor designado como fiscal do contrato ou responsável pelo acompanhamento da entrega, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

5.2 O recebimento ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento provisório: realizado no ato da entrega, mediante conferência da quantidade fornecida, da integridade das embalagens e da conformidade com a requisição emitida.

II – Recebimento definitivo: realizado após verificação das condições do produto, especialmente quanto:

- a)** à conformidade com as especificações do leite pasteurizado tipo C;
- b)** à integridade das embalagens;
- c)** ao prazo de validade compatível com o consumo;
- d)** às condições adequadas de conservação do produto.

5.3 O produto poderá ser recusado, no todo ou em parte, quando:

- a) entregue em desacordo com as especificações do Termo de Referência;
- b) apresentar embalagens danificadas, violadas ou com vazamento;
- c) apresentar sinais de deterioração ou comprometimento da qualidade;
- d) estiver com prazo de validade incompatível com o consumo.

5.4 Nos casos de rejeição do produto, a contratada deverá providenciar a substituição no prazo estabelecido pela fiscalização, sem ônus para a Administração.

5.5 A aceitação definitiva do produto não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade do item fornecido.

6. VALOR DA CONTRATAÇÃO (Art. 12 Inciso II; Art. 18 Inciso IV da Lei 14.133/21):

6.1 O valor total desta contratação é de R\$ (.....) para a aquisição do objeto deste termo.

6.2 O detalhamento da metodologia utilizada para definição dos valores unitários referenciais, bem como a pesquisa de preços correspondente, encontra-se devidamente instruído no processo administrativo, por meio do documento denominado Análise Crítica da Estimativa de Preços Referenciais, elaborado com base nos parâmetros da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

7. GARANTIA DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS E MATERIAIS

7.1 A contratada deverá assegurar que o leite pasteurizado fornecido atenda integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência, bem como às normas sanitárias aplicáveis à produção, processamento, transporte e comercialização de alimentos de origem animal.

7.2 O produto deverá ser proveniente de estabelecimento regularmente inspecionado por serviço oficial de inspeção sanitária, podendo ser Serviço de Inspeção Federal (SIF), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção Municipal (SIM), devendo apresentar rotulagem adequada contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade.

7.3 O leite deverá ser entregue em embalagens íntegras, lacradas e em perfeitas condições de conservação, devendo ser transportado sob condições adequadas de higiene e refrigeração, de forma a preservar suas características sanitárias e nutricionais até o momento da entrega.

7.4 Caso sejam identificadas inconformidades no produto fornecido, tais como embalagens danificadas, alteração de qualidade, prazo de validade incompatível com o consumo ou qualquer irregularidade que comprometa a segurança alimentar, a contratada deverá proceder à substituição do produto, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

7.5 A aceitação do produto pela Administração não exime a contratada da responsabilidade pela qualidade e segurança do alimento fornecido, respondendo por eventuais vícios ou irregularidades constatadas posteriormente.

7.6 Garantia de Execução Contratual

7.6.1 Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser exigida da contratada a prestação de garantia de execução contratual correspondente a 1% (um por cento) do valor total do contrato, como condição para sua assinatura.

7.6.2 A garantia poderá ser prestada, a critério da contratada, nas seguintes modalidades:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – Seguro-garantia;

III – Fiança bancária.

7.6.3 A garantia deverá ser apresentada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da convocação para assinatura do contrato.

7.6.4 A garantia será restituída após o cumprimento integral das obrigações contratuais e a emissão do termo de recebimento definitivo, desde que não haja pendências ou aplicação de penalidades.

7.6.5 A garantia poderá ser utilizada para ressarcimento de prejuízos decorrentes de inadimplemento contratual, aplicação de multas ou outras obrigações não cumpridas pela contratada.

8. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 A gestão e fiscalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços observarão o disposto na Lei nº 14.133/2021, especialmente o art. 8º, §3º, bem como o Decreto Municipal nº 64.328/2025.

8.2 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado por ato administrativo publicado em Diário Oficial, em conformidade com o art. 9º do Decreto Municipal nº 64.328/2025.

8.2.1 As funções de gestor e fiscal do contrato serão exercidas por servidores distintos, em observância ao princípio da segregação de funções, conforme previsto no §4º do art. 2º do Decreto Municipal nº 64.328/2025.

8.3 Da Gestão do Contrato

8.3.1 Compete ao gestor do contrato:

I – Coordenar a execução contratual e representar a Administração perante a contratada;

II – Controlar o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes;

III – Controlar os saldos quantitativos e financeiros;

IV – Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada durante toda a execução;

V – Analisar pedidos de reajuste, revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro;

VI – Instruir processos de alteração contratual ou aplicação de penalidades;

VII – Consolidar relatórios apresentados pelo fiscal;

VIII – Encaminhar à autoridade competente relatório conclusivo ao término da contratação.

8.4 Da Fiscalização da Execução

8.4.1 Compete ao fiscal do contrato:

I – Acompanhar a execução do fornecimento do leite pasteurizado, verificando a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência;

II – Conferir os produtos entregues, verificando quantidade, integridade das embalagens, condições de conservação e prazo de validade;

III – Registrar formalmente ocorrências e irregularidades verificadas na execução;

IV – Notificar a contratada para correção de falhas identificadas;

V – Atestar as notas fiscais somente após verificação da regular execução do objeto;

VI – Comunicar ao gestor eventual descumprimento contratual que possa ensejar aplicação de sanção.

8.5 Comunicações e Registros

8.5.1 Todas as comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser formalizadas por escrito, admitindo-se meios eletrônicos oficiais, desde que assegurada a comprovação de envio e recebimento.

8.5.2 As ocorrências relacionadas à execução contratual deverão ser registradas em processo administrativo próprio, assegurando rastreabilidade e transparência.

8.6 Recebimento do Objeto

8.6.1 O recebimento dos bens e serviços observará o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sendo realizado:

I – Provisoriamente, para verificação da conformidade com as especificações técnicas;

II – Definitivamente, após a constatação do cumprimento integral das obrigações contratuais.

8.6.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou incorreções detectadas posteriormente.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º Inciso XXIII Alínea j; Art. 92 Inciso VIII da Lei nº. 14.133/2021)

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da programação orçamentária das Secretarias beneficiadas pelo Registro de Preços.

10. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

10.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

a) O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

10.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

10.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.8 Havendo a efetiva entrega do objeto, o pagamento deverá ser realizado normalmente, até que se decida pela sanção a ser aplicada, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

10.9 Do Prazo de Pagamento

10.9.1 – O pagamento deverá ser efetuado, em até 20 (vinte) dias após a liquidação da despesa, que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias, pelo setor Financeiro, após o efetivo fornecimento e mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada

por funcionário devidamente designado, no valor correspondente ao quantitativo comprovadamente executado.

10.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$I = (6\%/100)$

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.10.1 O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

10.11 Da Forma De Pagamento

10.11.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.11.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.11.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.11.4 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.11.5 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Parágrafo primeiro - Fica assegurado o estabelecimento do reequilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução;

Parágrafo segundo - As alterações obedecerão ao disposto nos artigos 124 ao 129, ao 131 e 134, da Lei nº 14.133/2021;

10.11.6 Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

10.11.7 Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

10.11.8 No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.11.9 A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

a) Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;

b) Se o objeto entregue não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

10.11.10 Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.

10.11.11 No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

10.11.12 A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem (Art. 145 da lei 14.133/2021).

11. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

11.1 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas por meio de instrumento contratual, nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

11.2 Quando houver formalização por instrumento contratual, a empresa registrada será convocada para assinatura no prazo de até 10 (dez) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

11.3 O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pela Administração.

11.4 Antes da formalização da contratação, será verificada a manutenção das condições de habilitação da empresa registrada.

11.5 O instrumento contratual ou equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

11.6 A contratada responderá pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

11.7 A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução, conforme art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Lei nº 14.133/2021 – Capítulo X, Seção V; Decreto Municipal nº 59.677/2023)

12.1 Disposições Gerais

12.1.1 A presente contratação será formalizada por meio de Ata de Registro de Preços (ARP), observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 59.677/2023.

12.1.2 A Ata terá por finalidade o registro formal de preços e condições para futuras e eventuais contratações, não gerando obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados.

12.2 Do Órgão Gerenciador

12.2.1 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços será responsável pela administração, controle e gestão da ARP após sua formalização, competindo-lhe:

- a)** Gerenciar e controlar os saldos registrados na Ata;
- b)** Autorizar a liberação de quantitativos aos órgãos participantes;
- c)** Controlar os limites para adesões por órgãos não participantes;
- d)** Conduzir procedimentos de revisão, atualização ou negociação de preços registrados;
- e)** Aplicar penalidades decorrentes do descumprimento da Ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa;
- f)** Cancelar registros nas hipóteses previstas na legislação;
- g)** Registrar as ocorrências pertinentes nos sistemas oficiais, quando aplicável.

12.3 ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

12.3.1 Relação das Secretarias e setores participantes:

- Secretaria Municipal da Agricultura – SEMAGRI;
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP;
- Secretaria Municipal de Educação - SEMED
- Fundo Municipal de Assistência Social – FUMAS

• Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS

12.3.2 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram deste Registro de Preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, mediante solicitação formal ao órgão gerenciador com aceitação da entidade gerenciadora e do fornecedor, o quantitativo decorrente da adesão à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata.

12.4 COMPETE AO ÓRGÃO OU À ENTIDADE PARTICIPANTE:

12.4.1 São considerados órgãos participantes aqueles que manifestaram previamente interesse na formação da Ata de Registro de Preços e que tiveram suas demandas consolidadas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

12.4.2 Compete aos órgãos participantes, no âmbito de suas respectivas demandas:

- a) Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;
- b) Designar formalmente servidor responsável pela fiscalização da execução contratual, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor, especialmente quanto a prazos, qualidade dos bens e serviços e conformidade com as especificações técnicas;
- d) Aplicar, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações relativas às contratações por si formalizadas;
- e) Informar ao órgão gerenciador quaisquer ocorrências relevantes relacionadas à execução da Ata, inclusive eventual descumprimento contratual, para fins de controle global e adoção de providências;
- f) Controlar internamente o consumo dos quantitativos autorizados, observando os limites registrados e a disponibilidade de saldo da Ata;
- g) Zelar pela adequada instrução processual das contratações decorrentes, assegurando compatibilidade com sua dotação orçamentária e com o planejamento institucional.

12.5 Da Assinatura da ARP (Art. 66 VI do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

12.5.1 Encerrada a fase de julgamento e adjudicação do objeto, o licitante vencedor será formalmente convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência e na legislação vigente.

12.5.2 O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que:

- a) A solicitação seja apresentada pelo licitante dentro do prazo originalmente concedido;
- b) A justificativa apresentada seja formalmente aceita pela Administração.

12.5.3 A Ata de Registro de Preços poderá ser formalizada mediante assinatura física ou eletrônica/digital, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

12.5.4 Na hipótese de o licitante convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidos, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.5.5 Caso os licitantes remanescentes não aceitem firmar a Ata nas condições do primeiro classificado, a Administração poderá:

- a) Promover negociação com os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, visando à obtenção de condições mais vantajosas; ou
- b) Adjudicar e formalizar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, desde que compatíveis com o valor estimado da contratação e demonstrada sua vantajosidade.

12.5.6 A assinatura da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à contratação integral dos quantitativos estimados, constituindo-se instrumento de registro de preços e condições para futuras e eventuais contratações.

12.5.7 Durante a vigência da Ata, os órgãos participantes não estarão obrigados a realizar suas contratações exclusivamente por meio dela, podendo utilizar outros meios legalmente admitidos, desde que devidamente justificada a vantagem e observadas as disposições legais aplicáveis.

12.6 Da Vigência da Ata de Registro de Preços (Art. 72 do Decreto Municipal nº 59.677/2021):

12.6.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua publicação oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantagem dos preços registrados, mediante decisão fundamentada da autoridade competente e observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

12.6.2 A prorrogação da Ata dependerá da manutenção das condições inicialmente pactuadas, inclusive quanto ao desconto ofertado e à compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado.

12.6.3 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas dentro do prazo de sua vigência, podendo os respectivos contratos possuir vigência própria, nos termos dos arts. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.7. Do acréscimo de Quantitativos da ARP (Art. 72, §8º do Decreto Municipal nº 59.677/23):

12.7.1 Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

12.8 Da Alteração ou atualização dos preços registrados (Art. 75 do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

12.8.1 Os preços registrados na Ata poderão ser revistos ou atualizados nas hipóteses legalmente previstas, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

12.8.2 A revisão dos preços poderá ocorrer nas seguintes situações:

a) Quando, por motivo superveniente devidamente comprovado, o preço registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, hipótese em que o órgão gerenciador poderá convocar o fornecedor para negociação visando à redução dos preços registrados;

b) Quando ocorrer fato superveniente imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, que altere substancialmente os custos de execução, podendo ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro da ata, mediante solicitação formal do fornecedor e comprovação documental;

c) Em caso de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais que repercutam diretamente sobre os preços registrados, devidamente comprovados.

12.8.3 A revisão ou atualização dependerá de requerimento formal da parte interessada, acompanhado de documentação comprobatória suficiente para demonstrar a ocorrência do fato que justifique a alteração.

12.8.4 O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, será aplicado exclusivamente ao saldo remanescente da Ata, não alcançando quantitativos já empenhados ou contratados.

12.8.5 Não será admitida alteração automática de preços, devendo toda revisão ser precedida de análise técnica e decisão fundamentada da autoridade competente.

12.9 Da Negociação de Preços Registrados (Art. 76 do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

12.9.1 Sempre que o preço registrado se tornar superior ao praticado no mercado, em razão de fato superveniente devidamente comprovado, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços, com vistas à manutenção da vantagem da Ata de Registro de Preços.

12.9.2 A negociação poderá ocorrer por iniciativa da Administração, mediante pesquisa de mercado que evidencie a defasagem do preço registrado, ou por provocação fundamentada de órgão participante.

12.9.3 Caso o fornecedor não aceite reduzir seus preços aos valores compatíveis com o mercado, poderá ser liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades, desde que demonstrada a superveniência da alteração de mercado.

12.9.4 Na hipótese de liberação do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para verificar se aceitam assumir o fornecimento nas condições atualizadas.

12.9.5 Não obtido êxito na negociação com os fornecedores remanescentes, o órgão gerenciador poderá cancelar o item ou a Ata, total ou parcialmente, e adotar as providências necessárias para realização de nova contratação mais vantajosa.

12.9.6 A negociação de preços não implicará alteração automática da Ata, devendo qualquer modificação ser formalizada por meio de termo próprio, precedida de análise técnica e decisão fundamentada da autoridade competente.

12.9.7 Na hipótese de solicitação de revisão por elevação de custos, o fornecedor deverá apresentar documentação comprobatória idônea, cabendo à Administração avaliar a pertinência do pedido e, se for o caso, promover negociação para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, aplicável exclusivamente ao saldo remanescente da Ata.

12.10 Do Cancelamento do Registro do Fornecedor (Art. 71, V do Decreto Municipal nº 59.677/2023):

12.10.1 O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, garantidos o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

- a) Descumprimento das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pela Administração;
- b) Recusa injustificada em assinar instrumento contratual ou retirar nota de empenho no prazo estabelecido;
- c) Não aceitação de redução de preço, quando este se tornar superior ao praticado no mercado;
- d) Aplicação de sanção administrativa que impeça a contratação com a Administração Pública, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.10.2 O cancelamento do registro do fornecedor não prejudicará as obrigações já assumidas e formalizadas até a data da decisão, salvo disposição expressa em contrário devidamente fundamentada.

12.10.3. Cancelado o registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para assumir o saldo remanescente da Ata.

12.11. Cancelamento dos Preços Registrados (Art. 80 do Decreto Municipal nº 59.677/23):

12.11.1 O cancelamento total ou parcial dos preços registrados poderá ocorrer:

- a) Por razões de interesse público devidamente justificadas;
- b) Por fato superveniente que torne a execução da Ata inexecutável ou desvantajosa;
- c) Na hipótese de insucesso nas negociações para manutenção da vantajosidade;
- d) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado.

12.11.2 O cancelamento será formalizado por despacho da autoridade competente, precedido de análise técnica e jurídica, quando necessário.

12.11.3 O cancelamento produzirá efeitos apenas em relação ao saldo remanescente da Ata, não alcançando instrumentos contratuais já formalizados.

12.12 Da Adesão À Ata De Registro De Preços (Órgãos Não Participantes):

12.12.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, órgãos ou entidades que não tenham participado da fase inicial de planejamento poderão aderir à Ata na condição de não participantes, mediante solicitação formal ao órgão gerenciador,

observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.

12.12.2. A adesão dependerá:

- a) Da autorização expressa do órgão gerenciador;
- b) Da anuência formal do fornecedor registrado;
- c) Da verificação prévia da existência de saldo disponível;
- d) Da demonstração de que a adesão não comprometerá as obrigações assumidas com os órgãos participantes.

12.12.3 As contratações decorrentes de adesão individual não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos de cada item registrado na Ata, nos termos do art. 86, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

12.12.4 O quantitativo total decorrente das adesões não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata, independentemente do número de órgãos não participantes, conforme art. 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.12.5 Caberá ao fornecedor optar pela aceitação ou não da adesão solicitada, não podendo tal recusa ensejar aplicação de penalidade, desde que preservadas as obrigações assumidas com os órgãos participantes.

12.12.6 Não será autorizada nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha formalizado ou executado a contratação anteriormente autorizada, salvo justificativa aceita pelo órgão gerenciador.

12.13. Da Contratação com Fornecedores Registrados (Decreto Municipal nº 59.677/2023):

12.13.1 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas pelo órgão participante por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

12.13.2 A formalização da contratação deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

12.13.3 A emissão de instrumento contratual ou equivalente não implica obrigação de contratação integral do quantitativo estimado, devendo observar a disponibilidade de saldo registrado.

12.14 Da Vigência e Alteração dos contratos:

12.14.1 A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será definida no instrumento contratual correspondente, observando-se o disposto nos arts. 105 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

12.14.2 Nos casos em que o objeto se caracterizar como prestação de serviço de natureza contínua, poderá haver prorrogação sucessiva, desde que comprovada a vantajosidade, observado o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

12.14.3. Os contratos decorrentes poderão ser alterados nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, mediante justificativa técnica e formalização por termo aditivo.

13. DAS RETENÇÕES

13.1 O contratante reterá, na fonte imposto de renda, nos termos da instrução normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade conforme a instrução normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023.

13.2 As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012.

13.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres

municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988, devendo a contratada observar a IN RFB nº 1234/2012 quando do envio dos documentos fiscais.

14. DAS PENALIDADES

14.1 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156 da Lei nº 14.133/2021):

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

14.3 Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156º, §1º da Lei nº. 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.

14.4 A sanção prevista na alínea a do item 14.2 deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea a do item 14.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §2º da Lei nº. 14.133/21).

14.5 A sanção estabelecida na alínea b do item 14.2 deste Instrumento, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº. 14.133/2021.

14.6 A sanção prevista na alínea c do Item 14.2 deste Instrumento, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.7 A sanção prevista na alínea d do Item 14.2 deste Instrumento, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do mesmo artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.8 A sanção estabelecida alínea d do Item 14.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra:

14.8.1 quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal;

14.9 As sanções previstas nas alíneas a, c e d do Item 14.2 deste Instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea a do mesmo item.

14.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.11 A aplicação das sanções previstas no item 14.2 deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.12 Na aplicação da sanção prevista na alínea b do Item 14.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157 da Lei nº. 14.133/21).

14.13 A aplicação das sanções previstas na alínea c e d do item 14.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.14 Os atos previstos como infrações administrativas da Lei nº. 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92, Inciso XIV da Lei 14.133/21):

- a. Executar o objeto da contratação em conformidade com as condições, especificações técnicas e exigências estabelecidas no Termo de Referência, observando as normas sanitárias aplicáveis à produção, transporte e comercialização de alimentos.
- b. Fornecer o leite pasteurizado tipo C conforme os quantitativos e prazos estabelecidos nas requisições de fornecimento emitidas pelas unidades administrativas requisitantes.
- c. Assegurar que o produto fornecido seja proveniente de estabelecimento regularmente inspecionado por serviço oficial de inspeção sanitária (SIF, SIE ou SIM), atendendo às normas sanitárias vigentes.
- d. Realizar a entrega dos produtos nos locais indicados pela Administração, observando as condições adequadas de transporte, higiene e conservação, garantindo a manutenção da qualidade e segurança alimentar do produto.
- e. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e demais custos logísticos necessários à entrega do objeto, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

- f. Disponibilizar canais de atendimento adequados (telefone, e-mail ou meio eletrônico oficial) para recebimento das solicitações da Administração, assegurando comunicação eficiente durante a execução da contratação.
- g. Substituir, no prazo estabelecido pela fiscalização contratual, sem ônus adicional para a Administração, qualquer produto que apresente irregularidades, tais como: embalagens danificadas ou violadas; prazo de validade incompatível com o consumo; condições inadequadas de conservação; desconformidade com as especificações do Termo de Referência.
- h. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- i. Cumprir as determinações do fiscal do contrato, prestando os esclarecimentos necessários e adotando as providências para correção de eventuais falhas no prazo fixado.
- j. Arcar com todos os custos decorrentes de falhas, erros ou omissões que resultem em prejuízo à Administração ou a terceiros, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92, Inciso XIV da lei 14.133/2021):

- a. Exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, nos termos do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos contratuais decorrentes.
- b. Emitir as requisições de fornecimento contendo os quantitativos, especificações e locais de entrega necessários à correta execução do objeto.
- c. Fornecer à contratada as informações necessárias à execução do fornecimento, especialmente quanto aos locais de entrega e cronograma de distribuição quando aplicável.
- d. Designar fiscal do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução, registrando ocorrências e determinando as providências necessárias à regularização de falhas.
- e. Conferir os produtos entregues, verificando sua conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, podendo rejeitá-los total ou parcialmente quando em desacordo.
- f. Notificar formalmente a contratada acerca de irregularidades constatadas na execução do fornecimento, concedendo prazo para correção.
- g. Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- h. Efetuar o pagamento da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato, nos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- i. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, nem por danos causados a terceiros por ato da contratada, de seus empregados ou prepostos.

17. DO CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 8.213 DE 1991 E DECRETO FEDERAL Nº 9.579/2018

17.1 A contratada deve cumprir a cota de contratação de aprendizes conforme o artigo 51 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

17.2 A contratada deve cumprir a cota de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social conforme o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213 de 1991.

17.3 A contratante fiscalizará o cumprimento da cota de contratação de aprendizes conforme o artigo 51 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 e da cota de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social conforme o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213 de 1991.

18. SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Fica expressamente vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto deste contrato, pelo contratado, conforme as disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

19.1 Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

20. DA RESCISÃO DO CONTRATO

20.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as prevista em lei ou regulamento administrativo.

20.2 Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couberem, as hipóteses previstas no Artigo 137, a 139 da Lei nº. 14.133/2021.

21. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Fica este Contrato vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico n.º 019/2026/PMV/SRP e a proposta de preços constante no Processo Administrativo n.º 2725/2026, bem como as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, cujas disposições integram este instrumento.

22. DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

23. DO ADITAMENTO

O presente Contrato poderá ser aditado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

24. DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, o Município providenciará a publicação, em resumo do presente Contrato.

25. DOS TRIBUTOS E DESPESAS

Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

26. DO FORO

O foro do presente Termo será o da Comarca de Vilhena (RO), excluído qualquer outro. E por estarem de acordo é registrado o Extrato do presente Contrato à fl. do

livro 001 - Vol. I, da Procuradoria Geral do Município desta Prefeitura, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes CONTRATANTES e por duas testemunhas que a tudo assistiram, sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias.

Vilhena, de de 2026.

PELO MUNICÍPIO

PELA CONTRATADA

Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO MUNICIPAL

.....
.....

.....
SECRETÁRIO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Visto:

.....
PROCURADOR MUNICIPAL